

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2023

I - DO OBJETO

O objeto da presente dispensa de licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE AO FORNECIMENTO DE SISTEMA ESPECIALIZADO PARA ORÇAMENTO ELETRÔNICO VIA WEB (TABELA CILIA), SEM BUROCRACIA, DE FÁCIL MANUSEIO E QUE AUXILIA O SETOR PÚBLICO COMO REFERÊNCIA DE VALORES DAS PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS, TRATORES E IMPLEMENTOS DA FROTA DE VEÍCULOS DE CORDILHEIRA ALTA/SC.**

II – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, conforme valores atualizados pelo Decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2018:

“Art. 24 É dispensável a licitação:

...

II - para outros serviços e compras de valor até dez por cento do limite previsto na alínea “a” do inciso II (R\$ 17.600,00) do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.”

III – DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA

O sistema contratado (TABELA CILIA) será utilizado como referência de valores das peças de reposição com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade da peça de produção original, para os veículos leves, médios, pesados, tratores e implementos agrícolas, visando dar agilidade e rapidez no processo.

A empresa irá fornecer o suporte legal necessário para a realização de orçamentos eletrônicos para aquisição de peças de reposição com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade da peça de produção original, bem como, parametrizar os valores das mencionadas peças em tabela de referência nacional.

Considerando ainda a dificuldade na obtenção de orçamentos das empresas que vendem peças para veículos automotores para cotação de valores quanto ao preço máximo a ser lançado em editais de licitação, a empresa contratada

dispõe de uma plataforma online, a ser utilizada como referência de valores das peças para esta Municipalidade.

Cabe salientar que, o Município de Cordilheira Alta, fez licitação para manutenção mecânica com o respectivo fornecimento das peças, por ocasião da participação na licitação para aquisição de peças, sendo a tabela oficial utilizada a Tabela Cilia. Sendo assim, a contratação se faz imprescindível, para melhor conferência de valores praticados pelas mecânicas quando ocasionar troca de peças, bem como tempo estimado para realização de serviços.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 24, inciso II da Lei n. 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação.

É fácil visualizar no texto do dispositivo transcrito que as compras e serviços contratados, quando não atingirem o valor estipulado conduz a uma situação administrativa de possibilidade de contratação direta. A hipótese do inc. II do art. 24 trata da licitação de valores inferiores a R\$ 17.600,00 (Dezessete mil e seiscentos reais).

Ademais, verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso III do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

“Parágrafo único – O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I – Caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II – Razão da escolha do fornecedor ou executante;

III – Justificativa do preço;

IV – Documentos de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.”

IV – DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

A empresa escolhida neste processo para sacramentar a contratação do objeto pretendido, foi:

RUA CELSO TOZZO, 27 CEP: 89.819-000 – FONE: (49) 3358-9100 – CORDILHEIRA ALTA – SC 1

www.pmcordi.sc.gov.br

• **CILIA TECNOLOGIA LTDA**, inscrita sob CNPJ: 15.533.772/0001-66, estabelecida na Rua 3, nº 800, quadra C6, lotes 73/75 – salas 404 e 408, setor oeste em Goiânia/GO, CEP 74.115-050.

Identificada a necessidade, buscou-se no mercado por empresas/profissional que atuassem em área compatível. Dessa forma, encontrou-se a empresa CILIA TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ 15.533.772/0001-66, com sede na Rua 3, nº 800, Setor Oeste, Goiânia/GO, CEP 74.115-050.

A mesma possui objeto social de desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, sendo compatível com o objeto da presente contratação.

O preço também está pertinente ao objeto, haja vista que a empresa é a única fornecedora do item, conforme certidão emitida pela Associação das empresas brasileiras de tecnologia da informação de Goiás – ASSESPRO.

V – DA ENTREGA

A plataforma deverá ficar disponível para 02 usuários em tempo integral para suprir a demanda do Governo Municipal.

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

VI- DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO E FISCALIZAÇÃO

Em razão do valor ser abaixo do valor máximo para contratação de outros serviços e compras, fixado pela Lei 8.666/93 c/c Decreto 9.412/2018. O preço também está compatível com o que outras Administrações Públicas pagam, conforme pesquisa de mercado realizada, contudo cabe ressaltar que a empresa é a única fornecedora do item.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANT./ UN.	VALOR 02 usuários (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Licenciamento de sistema de software (TABELA CILIA) , por um período de 12 (doze) meses a ser utilizado como referencial para aquisição de peças para veículos leves, médios, pesados tratores e implementos agrícolas. O sistema deverá oferecer as seguintes funcionalidades: Suporte on-line, treinamento via telefone, cotação de peças por código ou por busca de veículos cadastrados no sistema, gestão de sinistros e orçamentos, preços de peças sugeridos pelos fabricantes com atualizações diárias, tabela temporária de mão de obra.	02 usuários	5.900,00	5.900,00

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos servidores **Eder Carlos Retore** e **Laura Muniz da Silva**, que atuarão como representantes institucionais, nos termos do artigo 67 da Lei 8666/93.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos

observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

VII- DA VIGÊNCIA, PAGAMENTO E DOTAÇÃO

A vigência do presente se iniciará na data de assinatura do contrato, por um período de 12 meses.

O Município pagará pelo Objeto contratado, o valor de total de **R\$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais). Sendo em parcela única.**

As despesas decorrentes desta dispensa de licitação correrão a cargo da dotação: (Projeto Atividade 2.208 – Elemento 3.3.90 - Despesa 105), prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2023.

Aplica-se nesta contratação, a aplicação da IN RFB nº 1.234/2012, bem como o Decreto Municipal 193/2023, que dispõe sobre a IRRF nas contratações de bens e serviços pela Administração do Município de Cordilheira Alta/SC.

VIII – DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE:

I - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com o INSS compreendendo os Tributos administrativos pela Secretaria da Receita Federal, com validade para o dia 29/08/2023.

II – Prova de regularidade fiscal para com a fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente, com validade para o dia 31/09/2023.

III - Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, comprovado com Certidão Negativa de Débito expedida pela Prefeitura Municipal de Goiânia SC, com validade para o dia 16/09/2023.

IV - Prova de regularidade perante o FGTS, comprovado com Certidão Negativa de Débito com validade para o dia 19/08/2023.

V - Prova de regularidade perante a Justiça do trabalho, comprovado com Certidão Negativa de Débito expedida com validade para o dia 10/12/2023.

IX – DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

I – Certidão de Falência, Concordata e recuperação Judicial com validade 13/01/2024.

III - Declaração quem não emprega menores

IV – Declaração que não possui parentesco conforme Lei Orgânica do Município;

V - Certidão ASSESPRO

VI – Contrato social da empresa.

VII - Cópia do Documento do Responsável legal

VIII - Cartão CNPJ

IX - Relatório TCU

X - Relatório Controladoria da União

X – CONCLUSÃO

Em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado, conforme pesquisa de mercado realizada, contudo cabe ressaltar que a empresa também é a única fornecedora do item, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Cordilheira Alta/SC, 14 de agosto de 2023.

ANDRESSA BREANCINI

Presidente da Comissão

ANGELITA GABRIEL

Membro da Comissão

TATIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA

Membro da Comissão